



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS HABITACIONAIS, PARCERIAS E INOVAÇÃO

**TERMO DE COMPROMISSO Nº 1/2024 SEINFRA/SPHPI-21766**

Termo de Compromisso que entre si celebram a SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, a AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – GOINFRA e a COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO – COMIGO, tendo como interveniente interessado o MUNICÍPIO DE RIO VERDE.

Aos 09 dias do mês de outubro de 2024, nesta capital de Goiânia do Estado de Goiás, na Rua 5, nº 833, Edifício Palácio de Prata, a **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA** e a **AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – GOINFRA**, representadas por seu titular, Pedro Henrique Ramos Sales, e a **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE – COMIGO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.077.618/0001-85, com sede na Avenida Presidente Vargas, 1.878, Jardim Goiás, em Rio Verde, Goiás, bem como, todas as suas filiais/entrepósitos, doravante denominada ACORDANTE, neste ato, representada pelo Srº. Antonio Chavaglia, portador do RG nº 4.546.167-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 025.686.831-04, residente e domiciliado na Rua Villa 01, Quadra 03, Lote 20, Residencial Miafiori, Rio Verde, Goiás, na condição de Presidente do Conselho; e, pelo Srº Warlen Ferreira de Freitas, inscrito no CPF nº 056.415.941-72, na condição de Diretor Administrativo e Financeiro, e o **Município de Rio Verde – GO**, neste ato representado pelo Prefeito Paulo Faria do Vale, na condição de Interveniente Interessado, resolvem, com fulcro no que dispõe na Lei Nº 21.670, de 6 de dezembro de 2022, Lei Nº 22.940, de 23 de agosto de 2024 e no Regulamento para Aplicação do Art. 6-A da Lei nº 21.670/2022, celebrar o presente Termo de Compromisso, tendo em vista o constante do processo SEI nº 202400036013060 mediante o qual fica estabelecido o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O presente regime de compensação com débitos da contribuição ao Fundo Estadual de Infraestrutura – FUNDEINFRA, tem por objeto estabelecer as condições e obrigações mútuas para realização de investimentos de infraestrutura para a execução da obra de **DUPLICAÇÃO, REABILITAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA RODOVIA GO-210, NO TRECHO ENTRE O PERÍMETRO URBANO DE RIO VERDE E O TREVO DE ENTRONCAMENTO COM A GO-174 (ANEL VIÁRIO), com extensão de 6,50 km**, conforme projetos referenciados no Processo SEI nº 202400036013060, Manifestação de Interesse (SEI nº 65936564), Proposta detalhada do objeto (SEI nº 65168261), Plano de Trabalho (SEI nº 65936594), Cronograma físico-financeiro da execução em 12 (doze) meses (SEI nº 65556161) e Proposta de valores para compensação (SEI nº 65936603), analisados pela Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA em conjunto com a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA, da proposta aprovada pelo Conselho Gestor do FUNDEINFRA.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O investimento compreenderá às obras e etapas constantes do projeto (SEI nº 65168261, 65168326, 65168566, 65168646, 65168797, 65168960, 65169106, 65169954, 65169965, 65422645 e seus anexos) e eventuais adequações técnicas de projeto que surgirem durante as fases de execução da obra desde que aprovadas pela Diretoria Técnica da GOINFRA.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O valor total da obra, estimado, aprovado pelo Conselho Gestor do FUNDEINFRA é de R\$ 62.400.000,00 (sessenta e dois milhões e quatrocentos mil reais), com prazo de execução estimado de 12 (doze) meses, conforme cronograma físico-financeiro deste termo de compromisso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O objeto contratual sujeita a assinatura do presente termo e implica na concordância da ACORDANTE e empresa executora com a adequação de todos os projetos anexos ao processo administrativo a que se vincula esta adequação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Qualquer alteração no projeto e no cronograma físico-financeiro deste termo de compromisso deverá ser submetida à aprovação prévia da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA e comunicada à Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Compete a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA, regulamentar a forma de fiscalização da execução da obra.

PARÁGRAFO QUARTO. Compete à Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA regulamentar a forma de acompanhamento e monitoramento da execução da obra nos termos da Lei Nº 21.670, de 6 de dezembro de 2022.

PARÁGRAFO QUINTO. Por se tratar de obra de interesse do Município de Rio Verde – GO, a Administração Municipal, através da Secretaria de Infraestrutura Urbana, dará suporte à ACORDANTE e à GOINFRA no acompanhamento da execução da obra, quando demandada.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O valor gasto pela ACORDANTE na execução será ressarcido pelo Estado de Goiás, mediante compensação com os créditos do FUNDEINFRA, sem prejuízo dos demais incentivos fiscais e financeiros previstos em outros termos de acordo e na legislação tributária estadual, que poderão ser fruídos cumulativamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A compensação com os créditos do FUNDEINFRA será apropriada pela ACORDANTE, em parcelas mensais e sucessivas, no valor do dispêndio realizado no mês anterior com o objeto desse termo a partir primeiro mês subsequente ao início da execução do objeto, condicionado ao cumprimento do cronograma físico financeiro e emissão do relatório técnico de avaliação dos serviços realizados, elaborado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA, mensalmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO. No mês, caso haja saldo a compensar superior ao devido, o mesmo poderá ser compensado com a contribuição ao FUNDEINFRA devida no mês subsequente. Caso haja o saldo a compensar seja inferior, deve ser recolhida a contribuição ao FUNDEINFRA devida no mês, descontado o valor a compensar.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A ACORDANTE somente poderá compensar os valores efetivamente gastos e comprovados perante a GOINFRA conforme este Termo, independente do investimento previsto para cada mês.

PARÁGRAFO QUARTO. Caso seja comprovada a compensação indevida de valores não autorizados, A ACORDANTE fica obrigada restituir ao FUNDEINFRA os valores compensados indevidamente, atualizados pelo IPCA + 1% ao mês.

**CLÁUSULA QUARTA.** Impede a fruição do crédito e obriga a ACORDANTE a restituir ao FUNDEINFRA os valores de crédito efetivamente utilizados, atualizados pelo IPCA + 1% ao mês:

- I. a desistência do projeto;
- II. a falta de comprovação do início das obras, no prazo estabelecido na cláusula segunda;
- III. a falta de comprovação dos investimentos propostos;

**IV. infração insanável às disposições deste termo de compromisso.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Nas hipóteses previstas nos incisos I a III, a ACORDANTE fará jus ao valor creditado dos investimentos realizados e comprovados regularmente em conformidade com o presente Termo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Na ocorrência de qualquer das situações previstas nesta cláusula, a GOINFRA notificará a ACORDANTE, dando-lhe prazo de 30 (trinta) dias para regularização da situação, quando for o caso, findo o qual, não havendo a ACORDANTE providenciado a regularização, a GOINFRA oficiará à SEINFRA para revogação do presente Termo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Após a efetivação da revogação a ACORDANTE fica obrigada a restituir ao FUNDEINFRA, no prazo de até 20 (vinte) dias, os valores creditados indevidamente, atualizados pelo IPCA + 1% ao mês.

**CLÁUSULA QUINTA.** Compete à SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA:

- I. Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento total do objeto do Termo de Compromisso, com acesso integral aos processos correlatos e relacionados obrigatoriamente ao processo SEI deste Termo de Compromisso;
- II. Prestar apoio técnico no uso de suas atribuições legais, junto à GOINFRA para o efetivo cumprimento deste Termo de Compromisso e execução da obra;
- III. Requerer da CONTRATANTE e da GOINFRA informações técnicas e administrativas relativas ao cumprimento do objeto deste Termo de Compromisso;
- IV. Designar Gestor para acompanhamento do Termo de Compromisso e execução do objeto;
- V. Solicitar a qualquer tempo auxílio técnico da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA, nos termos da Lei Nº 21.670, de 6 de dezembro de 2022 e da Lei Nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023.

**CLÁUSULA SEXTA.** Compete à AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – GOINFRA:

- I. Analisar e aprovar as documentações da empresa executora, quanto à regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira;
- II. Analisar e aprovar toda documentação de capacidade técnica, econômica, operacional da empresa executora;
- III. Validar o contrato firmado entre a contratante e a empresa executora;
- IV. Intervir e adotar providências na identificação de qualquer tipo de inconformidade, incluindo atrasos no atendimento e de pendências solicitadas, relacionadas à execução de obras e serviços de engenharia;
- V. Avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto acordado, e notificar à SEINFRA para conhecimento e análise de medidas cabíveis no uso de suas atribuições;
- VI. Autorizar a emissão de Ordens de Serviço para início, paralisação e reinício de obras assim como dos serviços correlatos ao objeto do presente termo, por meio da unidade técnica responsável;
- VII. Instruir Processo Técnico no SEI para Gestão e Fiscalização da obra e serviços relacionados ao objeto do presente termo, que deverão conter todas as peças técnicas;
- VIII. Instruir Processo de Pagamento no SEI para acompanhamento das medições e pagamentos da obra e serviços relacionados ao objeto do presente termo. Deverá ser instruído processo único para cada tipo de contratação/empresa;

IX. Designar servidor responsável pela Fiscalização da obra;

X. Promover a fiscalização técnica da obra, por meios próprios ou com o auxílio, nos termos da lei, de empresas especializadas em serviços de engenharia para realização dos serviços de supervisão das obras, subsidiando a ACORDANTE e a SEINFRA no aporte de informações relativas ao cumprimento do objeto deste Termo de Compromisso;

XI. Subsidiar a ACORDANTE com apoio técnico e da Fiscalização, a elaboração de notificação a contratada, quando da identificação dos defeitos ou não conformidades constatadas durante a execução do objeto (ou ainda nas fases de recebimento e garantia contratual da obra), orientando quanto ao prazo para execução do reparo/correção das não conformidades detectadas;

XII. Notificar a SEINFRA, nos casos de ocorrências do cronograma físico-financeiro que afetem a execução da obra para, no uso de suas atribuições, oferecer apoio técnico/administrativo;

XIII. Elaborar a matriz de alocação de riscos da execução da obra.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da ACORDANTE junto à empresa executora, no que concerne à execução dos serviços acordados, assim como suas consequências e implicações.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Compete à ACORDANTE (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – COMIGO):

I. Contratar empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia relativos ao objeto do Termo de Compromisso;

II. Exigir da empresa executora o cumprimento das Resoluções, Normas e Instruções da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA e da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte – GOINFRA, responsabilizando-se por seu fiel cumprimento, sem prejuízo daquelas já definidas na legislação pertinente;

III. Aceitar toda e qualquer Fiscalização da GOINFRA, assim como do acompanhamento e monitoramento da SEINFRA, no tocante a prestação dos serviços, e cumprimento das obrigações previstas nas respectivas normativas de cada órgão;

IV. Encaminhar, trimestralmente, para a Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA, após a assinatura do presente termo de compromisso, toda documentação referente aos investimentos realizados no período;

V. Exigir da empresa executora a contratação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, também conhecida como seguro de conclusão de obra, em percentual sobre o valor do investimento total, nos termos do artigo 102 da Lei nº 14.133/2021, que garante a indenização de eventuais prejuízos causados pelo não cumprimento de obrigações contratuais;

VI. Notificar a contratada, quando da identificação dos defeitos ou não conformidades constatadas durante a execução do objeto (ou ainda nas fases de recebimento e garantia contratual da obra), fixando prazo para o reparo/correção das não conformidades detectadas, ficando a contratada obrigada a corresponder às exatas exigências do objeto acordado, sob pena da aplicação das sanções legais cabíveis;

VII. Comunicar imediatamente à SEINFRA acerca das eventuais demandas judiciais em que figurar como parte, com o encaminhamento das informações, dos dados e dos documentos requisitados para a defesa dos interesses do Estado de Goiás, em juízo ou fora dele, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal de quem deixar de fazê-lo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O MUNÍCIPIO DE RIO VERDE atuará exclusivamente como Interviente interessado, em apoio à ACORDANTE.

**CLÁUSULA OITAVA.** O presente Termo de Compromisso não exclui a obrigatoriedade da ACORDANTE de cumprir as demais obrigações, principal ou acessórias, previstas na legislação tributária em vigor.

**CLÁUSULA NONA.** A SEINFRA poderá exigir a apresentação de demonstrativos e outros documentos pela ACORDANTE com objetivo de estabelecer controle sobre as operações de que trata este compromisso.

**CLÁUSULA DÉCIMA.** A utilização dos benefícios de que trata o presente Termo de Compromisso fica limitada ao 12º mês de compensação em conformidade com o cronograma físico-financeiro constante do presente Termo de Compromisso, podendo a SEINFRA alterá-lo, revogá-lo ou suspendê-lo, a qualquer tempo quando justificável ou em caso de inobservância, pela ACORDANTE, de quaisquer condições estabelecidas em suas cláusulas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** A alteração, revogação ou suspensão do Termo de Compromisso entra em vigor 30 (trinta) dias após a ACORDANTE ter sido notificada da ocorrência da situação que ensejou a alteração, revogação ou suspensão sem que haja solução ou atendimento de solicitação por parte da ACORDANTE.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A alteração, revogação ou suspensão do termo de compromisso não impede o contribuinte de utilizar o crédito a que fizer jus, desde que a regularização ocorra dentro do prazo dessa cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** A ACORDANTE e a empresa executora se sujeitam aos parâmetros definidos nas normativas da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA e outras normas técnicas aplicáveis, acerca da qualidade dos serviços prestados, durante o seu período de garantia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O acionamento das responsáveis pela reparação dos defeitos, será feito pela CONTRATANTE com o apoio técnico da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Caso haja a reparação das inconformidades, caberá à CONTRATANTE e a GOINFRA a certificação das soluções apresentadas afim garantir que os serviços não sejam meramente paliativos, ou seja, que durem por toda a vida útil da obra. Após a correção dos defeitos, caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela qualidade dos serviços até o fim do período de garantia contratual legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura.

Assim, lido e achado conforme o presente Termo de Compromisso, assinam as partes.

**PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES**

Secretário de Estado e Presidente da GOINFRA

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA

**ANTONIO CHAVAGLIA**

Presidente do Conselho

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO - COMIGO

**WARLEN FERREIRA DE FREITAS**

Diretor Administrativo e Financeiro

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO - COMIGO

**PAULO FARIA DO VALE**

Prefeito do Município de Rio Verde

Interveniente Interessado



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES, Secretário (a) de Estado**, em 09/10/2024, às 18:24, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **65938092** e o código CRC **D42A6F28**.

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS HABITACIONAIS, PARCERIAS E INOVAÇÃO  
RUA 05 Nº 833 - Bairro SETOR OESTE - CEP 74115-060 - GOIANIA - GO 0- PALÁCIO DE  
PRATA, 7º ANDAR 62984438232



Referência: Processo nº 202400036013060



SEI 65938092